

revista

OVELHA

No 66 Nov/Dez 2017 | Ano XXX | Preço ~~2,50~~ Euros | ISSN 0805356

A ACOS criou recentemente o serviço de comercialização de ovinos que permite aos seus associados venderem os animais através de uma plataforma comercial com base na "bolsa de ovinos da Estremadura".

A ACOS congratula-se com a classificação de Castro Verde como Reserva da Biosfera da UNESCO e felicita os subscritores da candidatura, a Associação de Agricultores do Campo Branco, o Município de Castro Verde e a LPN.

ACOS CRIA NOVO SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO DE OVINOS



LABORATÓRIOS ACOS

Laboratórios acreditados



LABORATÓRIO DE QUÍMICA

Parâmetros em Azeitona

- Determinação da gordura, humidade e acidez, por métodos de referência
- Determinação da gordura, humidade e acidez por NIR (métodos rápidos)

Parâmetros em Bagaço de Azeitona

- Determinação da gordura, humidade e teor de caroço por métodos de referência
- Determinação da gordura e humidade por NIR (métodos rápidos)

Parâmetros Azeite

- Determinação da acidez
- Determinação das absorvências (K 232, K268 e ΔK)
- Determinação do Índice de Peróxidos
- Determinação da humidade

LABORATÓRIO VETERINÁRIO

Rastreio de doenças no âmbito dos Planos Oficiais de Saúde Animal de Ruminantes

- Brucelose
- Leucose Enzoótica dos Bovinos

Rastreio de doenças no âmbito dos Planos Oficiais de Saúde Animal de Suínos

- Doença de Aujeszky

Testes de apoio à produção

- Diagnósticos de gestação

Testes coprológicos para avaliação da necessidade de desparasitação dos animais

Rastreios de outras doenças por método ELISA

Laboratório com Reconhecimento Oficial para realização de análises para exportação de animais (método ELISA)

CONTACTOS:

Laboratório de Química

Tel: 284249011

Laboratório de Veterinária

Tel: 284310360

E-mail: laboratorio@acos.pt

Morada: Rua Cidade S. Paulo, nº 36 - Apart. 296 - 7801-904 Beja



ACOS AGRICULTORES DO SUL



Editorial

Os desafios que se colocam aos associados da ACOS e aos agricultores nos tempos que correm são de várias ordens.

Começando pelas boas notícias, neste número da Revista Ovelha damos destaque à comercialização de ovinos no âmbito de um novo serviço iniciado pela ACOS.

Constatamos que o Alentejo continua a ser a região com maiores efetivos, mas o consumo de carne de borrego continua a decrescer, tanto a nível nacional como a nível europeu. Perante esta situação haverá alguma oportunidade de mercado que possa ser explorada de modo a mantermos a sustentabilidade das explorações dos nossos associados?

No decurso da última OVIJEJA apresentámos como tema a internacionalização e exportação de produtos de origem animal e tivemos a oportunidade de discutir o assunto com vários agentes económicos nacionais e internacionais.

Decidimos avançar para uma parceria internacional que nos permitirá ganhar escala, entrar em novos mercados e, em última análise, garantir o escoamento de animais a preços que julgamos mais competitivos ao longo de todo o ano.

O regadio do Alqueva continua a dar boas notícias à

agricultura e uma boa parte do sucesso deve-se às culturas permanentes que têm registado crescimentos acentuados.

Por outro lado, a seca e a consequente falta de humidade dos solos e escassez de água nas reservas hídricas têm vindo a condicionar seriamente a produção de cereais, pastagens e culturas de sequeiro, bem como a produção de gado em extensivo.

Neste contexto, a classificação do concelho de Castro Verde como Reserva da Biosfera da UNESCO, surge como reconhecimento merecido da resiliência dos agricultores da zona do Campo Branco, onde as atividades agrícolas ancestrais, sequeiro e extensivo foram consideradas compatíveis com a riqueza biodiversa da estepe cerealífera do Alentejo. O selo da UNESCO surge como uma esperança renovada para dinamizar esta zona periférica.

Em finais do mês de outubro o país continua a registar níveis de seca severa, agravados por um cenário desolador de incêndios em todo o país. Procurando mitigar os danos, ainda que de uma forma muito simbólica, a ACOS solidarizou-se com os seus pares, e levou a cabo uma campanha de angariação de bens alimentares para o gado dos agricultores afetados pelos incêndios. Sensibilizada com o grande nível de adesão, a ACOS agradece a todos os associados, agricultores, transportadoras e entidades que contribuíram para esta causa.

ESTATUTO EDITORIAL A Revista OVELHA é uma publicação mantida pela ACOS – Agricultores do Sul, desde o primeiro momento da constituição desta associação. Publicada há mais de 30 anos, a Revista Ovelha cobre uma variedade de tópicos relacionados com a agricultura, a pecuária, as agroindústrias, o associativismo, as políticas agrícolas e o desenvolvimento rural incluindo ainda temáticas culturais e ligadas à sociedade civil.

Inicialmente concebida como principal meio de informação para com os seus associados, a Revista OVELHA desde logo se diferenciou das demais, pelo nível técnico e científico dos conteúdos publicados, pelo seu posicionamento editorial e até pela sua identidade gráfica.

Progressivamente, e refletindo o crescimento desta associação, a Revista OVELHA, continuando a dirigir a informação aos seus associados, passou também a ser a publicação oficial da OVIJEJA, dando cobertura à programação do certame. A revista ampliou o âmbito

editorial e, além da agricultura, passou a incluir temáticas ligadas à cultura e à sociedade civil. Distribuída pelos expositores e milhares de visitantes do certame, a revista viu aumentar a sua divulgação e notoriedade.

A Revista OVELHA desde sempre contou com a colaboração permanente dos mais prestigiados investigadores e técnicos, divulgando as novidades e tendências do setor agrícola, através de artigos técnicos e científicos e colunas de opinião das mais diversas personalidades e instituições de diferentes quadrantes: político, empresarial, cultural e institucional.

O seu posicionamento editorial pauta-se por uma postura atenta aos desafios e oportunidades da agricultura regional, nacional e internacional. Acompanha os grandes desenvolvimentos do setor e das políticas agrícolas, sempre com uma visão independente e crítica com o intuito de informar, lançar o debate, defender e reivindicar os interesses dos seus associados, parceiros e dos agricultores em geral.

Cofinanciado por



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020







NOTÍCIAS ACOS

A ACOS aposta na revalorização da lã tendo atingido os 125 mil ovinos tosquiados em 2017

PÁGINA 6

Laboratório de Azeitona e Azeite da ACOS recebe amostras de todo o País

PÁGINA 7

ACOS solidária com agricultores afetados pelos incêndios

PÁGINA 8

FAABA apela à reformulação das medidas florestais e a sua aplicação no Alentejo

PÁGINA 9

DOSSIER

ACOS cria novo serviço: Secção Comercial de Ovinos tem como meta impulso de internacionalização

Entrevista – Miguel Madeira

PÁGINA 12

OVIPOR – Acordo tem como meta impulso de internacionalização

PÁGINA 18

Normas para Comercialização de Ovinos

PÁGINA 19

EM FOCO

CANDIDATURA À ESTEPE CEREALÍFERA

PÁGINA 22

ENTREVISTA – José da Luz, presidente da Associação dos Agricultores do Campo Branco

PÁGINA 24

ENTREVISTA – Rita Alcazar, bióloga da Liga para a Prroteção da Natureza

PÁGINA 30

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

SEMINÁRIO: Inovação na Rastreabilidade Alimentar

PÁGINA 35

PERFIL

O SÓCIO Nº1 – Joaquim Fialho

PÁGINA 36

ACTUALIDADE AGRÍCOLA

Final do Ano Agrícola – Balanços e Previsões – As Culturas de Regadio e as Culturas de sequeiro

PÁGINA 38

A FECHAR

ACOS apresenta Exposição VÉRTICE ALENTEJO no Centro UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial

PÁGINA 40



acos



IA COM
TADOS
AGRICULTURA

ACOS AGRICULTORES
DO SUL 35
ANOS

LO
O

VEICULO
LONGO

L-124559 P

Joaquim Godinho
Materia de
Construção e Reologia
de Máquinas e Camiões

AGRIENEGRO

A ACOS aposta na revalorização da lã tendo atingido os 125 mil ovinos tosquiados em 2017



O número de sócios da ACOS a aderir a este serviço tem vindo a aumentar, tendo nesta campanha chegado aos 300 associados.

Com a aposta na revalorização da lã, iniciada pela ACOS em 2014, tem vindo sempre a aumentar, significativamente, o número de ovinos tosquiados. Em 2017 foram tosquiados um total de 125 mil animais, tendo a ACOS concentrado 275 toneladas de lã.

O número de sócios da ACOS a aderir a este serviço tem vindo a aumentar exponencialmente, tendo, nesta campanha chegado aos 300 associados. Ao ser vendida de forma agrupada, depois de escolhida e loteada, esta fibra de qualidades inigualáveis, atinge preços mais interessantes no mercado mundial.

O serviço prestado pela ACOS envolve a disponibilização de equipas de tosquia, a concentração da lã e a respectiva comercialização. As equipas de tosquiadores da ACOS executam todas as fases do processo, nomeadamente a apanha dos animais, a tosquia e o ensaque da lã. Para a comercialização, a ACOS estabeleceu uma parceria com uma cooperativa espanhola,

a Comercial Ovino, consolidada no mercado internacional.

A adesão a este serviço “chave na mão” tem vindo a crescer, ano após ano. Este serviço está disponível para todos os associados da ACOS, organização cuja representatividade se estende por todo o sul do país e até acima do Tejo.

“Para os produtores os resultados foram imediatos: deixaram de ter prejuízos com a tosquia, obtendo algum lucro e a possibilidade de escoamento da lã para o mercado internacional, onde poderá atingir preços mais vantajosos”. A afirmação é de Miguel Madeira, médico veterinário, diretor da ACOS que refere objectivos mais ambiciosos para um futuro próximo: “voltar a envolver os criadores na produção de lã de qualidade, aperfeiçoar a diferenciação da lã por lotes, consoante o seu tipo, aumentando assim o valor a pagar pelas partidas de maior qualidade”.

Laboratório de Azeitona e Azeite recebe amostras de todo o País

A atual campanha de apanha da azeitona parece ser promissora, o mesmo é dizer, um ano com muita azeitona nas árvores. Os ramos tombam com o peso dos frutos, sendo que os agricultores já avaliam o aspeto da azeitona para decidir o início da campanha. Enquanto que, até há poucos anos atrás, o olho experiente era o principal medidor para avaliar a altura ideal de começo da apanha, hoje, essa avaliação é feita pelo rigor da análise laboratorial à azeitona. O período ótimo relaciona-se com a avaliação do grau de maturação do fruto, através da determinação do teor de gordura e humidade. São essas as primeiras amostras que começaram a chegar ao Laboratório de Química da ACOS. Depois da campanha começar fazem-se análises aos lotes entregues nos lagares para avaliar o seu rendimento e qualidade, aos bagaços, para monitorizar o funcionamento das máquinas dos lagares e ao azeite ou óleo de bagaço de azeitona para determinar a qualidade do produto final.

O Alentejo é a maior região produtora de azeite em Portugal, com potencial para aumentar tendo em conta as plantações recentes e outras ainda a ser feitas. Bem no seio desta região, está situado o Laboratório de Química da ACOS, vocacionado para análises à azeitona, azeite, bagaço de azeitona e óleo de bagaço de azeitona, tanto por métodos rápidos como por métodos de referência, de acordo com as necessidades de quem o procura. Um serviço de proximidade que já está a receber amostras tendo em conta o período de arranque de mais uma campanha. Além da acreditação para os ensaios da qualidade do azeite, trata-se do único laboratório acreditado em Portugal para ensaios de azeitona, bagaço de azeitona e óleo de bagaço de azeitona, por métodos de referência. Os clientes são produtores de azeitona e lagares de cooperativas e privados de todo o País.

Mais qualidade, melhor posicionamento

O Laboratório de Química da ACOS funciona desde Outubro de 2012. Resulta de um esforço de investimento da ACOS - Associação de Agricultores do Sul - num sector onde havia reconhecidamente uma lacuna ao nível do apoio laboratorial, num contexto em que a fileira oleícola se encontra em grande expansão.

O reconhecimento desta necessidade e da



O Laboratório de Química da ACOS está vocacionado para análises à azeitona, azeite, bagaço de azeitona e óleo de bagaço de azeitona.

importância do Laboratório de Química da ACOS é evidenciado pelo aumento que se verifica todos os anos do número de clientes que procuram o laboratório, representando por isso um marco importante para o sector. A resposta que é dada pelo Laboratório de Química da ACOS permite conjugar proximidade e qualidade, servindo como um apoio indiscutível à decisão dos vários intervenientes da fileira oleícola.

Reconhecimento internacional

Desde Setembro de 2015, o Laboratório de Química da ACOS está acreditado para análises de azeitona e azeite pela norma NP EN ISO/IEC 17025, o que garante um reconhecimento internacional da competência do laboratório.

O Laboratório de Química da ACOS está também autorizado a fazer as análises para a exportação de azeite para o Brasil.

ACOS solidária com agricultores vítimas dos incêndios

Campanha de recolha de alimentos para gado auxiliou agricultores do centro do país afectados pelos incêndios de Junho e Outubro



A ACOS – Agricultores do Sul iniciou em, junho, junto dos seus associados, uma campanha solidária com os agricultores da região Centro do País, cujas explorações foram totalmente devastadas pelos incêndios verificados durante aquele mês e, depois, em Outubro.

A campanha consistiu na angariação de alimentos para gado como sejam palha, feno, sementes, rações, entre outros. Os bens foram concentrados em Beja, nas instalações da ACOS, encarregada pelo seu armazenamento, transporte e entrega.

Em declarações sobre esta iniciativa, Rui Garrido, Presidente da ACOS referiu que “os incêndios destruíram por completo largos hectares de zonas de pastoreio e também muitas reservas de alimentos que os agricultores tinham para alimentar o gado. Com esta iniciativa apelamos à solidariedade dos nossos associados que queiram contribuir. É um gesto simbólico que pode fazer diferença na vida dos nossos colegas que têm o seu sustento totalmente destruído, e no caso das explorações agrícolas e pecuárias, a sua recuperação

pode levar anos, para não dizer décadas”.

A iniciativa foi desenvolvida em articulação com a CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Administração Interna e com as associações congêneres da zona centro do país.

Uma acção similar decorreu em outubro, tendo a ACOS – Associação de Agricultores do Sul reativado a campanha solidária de entrega de bens alimentares para o gado, desta vez, destinados principalmente a ovinicultores afetados pelos incêndios que aconteceram a 15 daquele mês no centro do país.

A Raça Ovina da Serra da Estrela é um dos patrimónios com perdas inestimáveis, das quais se contabilizam 3000 ovelhas mortas pelos incêndios, muitas delas representavam o efetivo completo de alguns produtores, que perderam o seu único sustento. Além dos animais, também ficaram destruídas infraestruturas agrícolas, ovis, cercas, pastagens, palha, e outras reservas de alimentação.

Este importante património que foi seriamente afetado, põe ainda em causa a produção do Queijo Serra da Estrela, cujo leite, proveniente desta raça autóctone, determina a pureza do queijo regional com a Denominação de Origem Protegida (DOP). A gestão desta raça e do seu livro genealógico está a cargo da ANCOSE – Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Serra da Estrela.

A ACOS, particularmente consternada com a situação que agora enfrenta a sua associação congénere, tem estado a entregar, cereais e rações aos seus parceiros de Oliveira do Hospital, a ANCOSE. Estas duas associações partilham desde a sua génese a defesa das raças autóctones, a Campaniça no Alentejo e a Serra da Estrela na região centro, bem como de todo o património que delas advém, genético, cultural e da produção.

Em resposta ao apelo da ACOS, os seus associados prontificaram-se a disponibilizar não só bens alimentares para os animais, como pessoal para o carregamento e transporte até ao destino.

A ACOS agradece sensibilizada a todos os associados, agricultores, transportadoras e entidades que contribuíram para esta causa com um considerável volume de bens alimentares para animais, tendo a sua generosidade ultrapassado todas as nossas expectativas.

A reformulação das medidas florestais e a sua aplicação no Alentejo

A Federação das Associações de Agricultores do Baixo Alentejo (FAABA) vem manifestar grandes preocupações com a reformulação atual das medidas florestais no âmbito do PDR2020 e a sua aplicação ao Alentejo. Por exemplo, a medida 8.1.5 no último concurso teve uma dotação manifestamente insuficiente relativamente ao número de candidaturas apresentadas. Pese embora o Alentejo ter sido a região com maior número de candidaturas aprovadas relativamente a outras regiões, o financiamento foi canalizado na sua totalidade para as explorações incluídas nas poucas ZIF's, que propositadamente foram criadas na região, tendo ficado de fora a grande maioria dos produtores florestais. Mais, na medida 8.1.6, o pinheiro manso, que atualmente ocupa mais de 30 000 ha no Alentejo, não foi considerada espécie prioritária em termos dos PROF's do Alentejo, pelo que os seus projetos não obtiveram a pontuação mínima para serem considerados elegíveis. Tal não aconteceu no âmbito do Regulamento 2080, ao abrigo do qual a maioria destes povoamentos foi instalada. Na medida 8.1.5, cujos concursos encerraram no passado mês de Setembro, mais uma vez o pinheiro manso ficou excluído. Será que este tipo de povoamento florestal não tem direito a ser melhorado? Como será possível fazer uma prevenção eficaz contra incêndios?

Propostas da FAABA

A FAABA compreende a absoluta necessidade de reprogramação das medidas florestas e, muito sumariamente, vem propor o seguinte:

- Reforço adicional adequado da dotação orçamental para a medidas 8.1.3 e, especialmente, para a 8.1.5. Tendo em vista o trabalho de análise das candidaturas já submetidas a estas medidas em concursos já encerrados, um aumento da dotação orçamental apropriado permitiria, num curto espaço de tempo, incentivar o investimento conduzindo também a uma significativa taxa de aprovação e, concomitantemente, a uma melhor taxa de execução do programa, no que às medidas florestais diz respeito.

- Em todas as medidas, a VG0 continua a depender fortemente de critérios como a certificação da gestão florestal e a inserção da exploração em ZIF. Em concursos terminados recentemente chegava-se ao cúmulo de candidaturas de explorações fora da Rede Natura, mesmo integradas em ZIFs e certificadas, não atin-



A Federação das Associações de Agricultores do Baixo Alentejo (FAABA) manifesta grandes preocupações com a reformulação atual das medidas florestais no âmbito do PDR2020 e a sua aplicação ao Alentejo Preâmbulo.

girem a VG0 mínima. Sugerimos uma reavaliação destes critérios de hierarquização no cálculo da VG0, sob pena dos projectos florestais do Alentejo ficarem mais uma vez excluídos. Em nossa opinião deverá ser dada alguma prioridade a projectos financiados no âmbito dos programas anteriores (2080, RURIS e PRODER). A regionalização dos concursos parece ser uma estratégia correta, tanto mais se considerarmos o declínio dos montados de azinho e de sobro e o impacto das alterações climáticas nestes ecossistemas.

- Relativamente aos montantes e taxas de apoio, verificam-se majorações no caso de investimentos realizados em áreas inseridas em ZIF. Ou seja, uma candidatura numa exploração florestal inserida em ZIF tem um duplo benefício, ao nível da VG0 e ao nível da taxa de apoio, o que não nos parece razoável. Pensamos que é mais apropriada a definição da majoração ao nível da taxa de apoio do que a inclusão do critério inserção em ZIF no cálculo da VG0.

- Não entendemos, por que razão os Municípios têm previstas taxas mais elevadas de apoio, comparativamente com os restantes beneficiários. Estamos em crer que há aqui uma violação dos princípios da concorrência.

- Nas novas definições do valor do Prémio por Perda de Rendimento (PPR) na medida 8.1.1, verifica-se uma redução mais acentuada no caso da modalidade com direitos de pagamento base, comparativamente à modalidade sem direitos de pagamento base. Propõe-se uma redução igual para as duas modalidades.





ovinos



ACOS cria novo serviço: Secção Comercial de Ovinos

Parceria com grupo do setor cooperativo espanhol permite fortalecer setor ovino, ganhar escala e impulsionar internacionalização, defender os interesses da produção e garantir segurança comercial

A ACOS criou recentemente o serviço de comercialização de ovinos que permite aos seus associados venderem os animais através de uma plataforma comercial que, estabelecendo as normas sanitárias, e os preços de referência com base na “bolsa de ovinos da Estremadura”, permite organizar o setor. Uma estrutura reconhecida e organizada que induz ao sentimento de pertença por parte dos sócios e lhes garante segurança comercial. O novo serviço, em fase de arranque, atua na organização da produção, das normas sanitárias exigidas, no que diz respeito ao escoamento e ao nível dos preços praticados.

Um serviço que segundo explica, em entrevista, Miguel Madeira, diretor da ACOS e veterinário responsável por este serviço, tem como objetivo “robustecer o setor”, “ganhar escala” e também fazer “lobby” num mercado mundial que é cada vez mais competitivo. Desenvolvido em parceria com estruturas espanholas “credíveis” com as quais a ACOS tem relações de “confiança” há vários anos. Miguel Madeira acredita que as parcerias, com espírito colaborativo e sem perda de identidade de cada uma das partes, também deverão acontecer no lado de cá da fronteira. “Se houver alguma entidade associativa ou cooperativa em Portugal que queira integrar este projeto da ACOS é bem-vinda”. Tal como são bem-vindos todos os produtores particulares que se revejam neste projeto.

O que levou à criação do Departamento Comercial de Ovinos?

Foi a necessidade de organizar a produção, nomeadamente no que respeita à parte da comercialização dos ovinos. Para tal, integrámos um grupo do setor cooperativo espanhol – a OVIPOR – com o objetivo de trazer melhores condições à produção, nomeadamente, no que diz respeito a preços, segurança comercial e de assegurarmos, que na produção temos uma palavra a dizer na fileira dos ovinos. Em causa está uma maior segurança no escoamento dos produtos. Para já trata-se de ovinos, sendo que no futuro, estamos a pensar organizar a comercialização de outros animais. Atualmente já trabalhamos, em parte, a comercialização de bovinos, através dos Leilões, se bem que devemos ter a ambição de ir um pouco mais além, também na fileira da carne de bovino.



Integrámos um grupo do setor cooperativo espanhol – a OVIPOR – com o objetivo de trazer melhores condições à produção



Porquê? Os nossos associados têm dificuldade em vender os borregos?

Esta nova valência surge não só da nossa perceção, como também de solicitações várias de associados nossos que nos pediam para retomarmos a comercialização de borregos. Esta não é uma área nova para a ACOS. A ACOS já teve uma experiência na área da comercialização. Criou, há uns anos, um agrupamento de produtores – a Carnovina – que por razões várias está em fase de desativação. Andamos no terreno e sabemos que a parte

comercial está muito desprotegida na parte do produtor. Os operadores que estão no mercado são cada vez menos e os produtores ficam vulneráveis porque estão desorganizados. Por isso, no âmbito das funções e objetivos da ACOS, é nossa obrigação estatutária tentar organizar a produção, inclusive, na parte comercial. Não podemos deixar os nossos associados vulneráveis, à mercê dos interesses dos operadores privados que estão no mercado. Os seus interesses são legítimos mas são, muitas vezes, antagónicos aos dos produtores. De acordo com este nosso serviço, queremos que as mais-valias passem para o produtor.

Quer explicar-nos, resumidamente, o que é o Departamento Comercial de Ovinos?

O Departamento Comercial de Ovinos é mais um departamento da ACOS, na área comercial. Já comercializamos lá há muitos anos; comercializamos bovinos, através dos leilões que iniciámos em 2015, e comercializamos muitos meios de produção na nossa Loja, tais como rações, medicamentos, equipamentos pecuários, sementes, entre muitos outros produtos e fatores de produção. Esta é uma secção da ACOS que se vai dedicar em exclusivo à comercialização de ovinos: borregos e ovinos adultos. No entanto, este nosso projeto é mais ambicioso. A médio prazo queremos alargar este serviço a outras espécies: caprinos, suínos e bovinos, estes em outros moldes diferentes dos leilões.

Quem pode comercializar gado através da Secção Comercial de Ovinos da ACOS e quais os benefícios de integrar esta plataforma?

Este serviço destina-se aos associados da ACOS. Iniciámos o processo com um grupo reduzido de associados, que são os primeiros que solicitaram o serviço. Esta é ainda uma fase de teste, de verificação de todos os requisitos e funcionalidades com os nossos parceiros espanhóis, que são cooperativas da zona da Estremadura e Andaluzia. Elas próprias estão organizadas em cooperativas de 2º e 3º nível. Este é um serviço de adesão voluntária. As normas são apresentadas e discutidas de modo a que, quando aprovadas, são para ser cumpridas. Tendo em conta a longa experiência dos espanhóis nesta matéria, há uma boa parte do caminho já trilhada. O que fazemos é adaptar as regras à nossa realidade e aos interesses dos nossos associados.

Quanto aos benefícios?

Além dos benefícios comerciais propriamente ditos, este serviço salvaguarda a questão da segurança. Eu, enquanto produtor, sinto-me muito mais tranquilo transacionando os meus animais através de uma organização em que eu tenho participação. Além disso, a produção tem aqui uma voz ativa.

No documento que estabelece as “Normas de Funcionamento Interno da Secção Comercial de





“

A necessidade desse controlo prende-se com razões técnicas, para evitar mudanças bruscas de hábitos alimentares e também por uma razão de segurança para evitar resíduos na carne, essencialmente de fármacos.

Ovinos da ACOS”, tem, logo no início a seguinte frase: “As normas são para se cumprir, se não, mudam-se. Mudam-se as normas ou os produtores?

Mudam-se as normas. A frase não é nossa. É usada pela Cooperativa OVIPOR e a mensagem que pretende passar é que as normas sendo apresentadas, discutidas e aprovadas com os associados devem ser cumpridas. Não faz sentido que depois não se cumpram. Se não houver cumprimento é porque algo está mal, como tal devem mudar-se!. As pessoas têm de se rever no projeto. Têm de se sentir parte integrante do mesmo. As normas sustentam-se em várias razões técnicas. Estamos a tratar de ruminantes que têm particularidades produtivas que são do conhecimento público. Não são, às vezes, fáceis de criar porque têm a ver, entre outros aspetos, com o aparelho produtivo destes animais. Tem de haver regras muito precisas do ponto de vista alimentar e zootécnico, no que diz respeito aos desmames, à adaptação alimentar, entre outros. Depois também há uma questão de fidelização das pessoas que está relacionada com a componente associativa. As pessoas têm de contribuir, ao início, com uma quota anual que é a margem que serve para pagar o funcionamento desta secção. Poderemos chamar-lhe a margem comercial da ACOS neste processo. O reverso da medalha é que todas as mais-valias que a ACOS conseguir nas negociações revertem sempre a favor dos produtores, ao contrário do que acontece com os outros intermediários, de que falávamos há pouco, que se apropriam dessas mais-valias.

O mesmo documento diferencia três tipos de categorias de ovinos para comercialização: borregos de erva, cordeiros de leite e ovinos de refugio. O que teve por base esta diferenciação? A alimentação dos mesmos também está regulamentada, pode explicar porquê?

Estas categorias surgem da discussão do documento juntamente com a produção. Estão relacionadas com as alturas do ano. Há produtos que só estão disponíveis em determinadas épocas do ano, sendo que a produção também tem interesse em vender os animais de forma agrupada e organizada. A necessidade desse controlo prende-se com razões técnicas, para evitar mudanças bruscas de hábitos alimentares e também por uma razão de segurança para evitar resíduos na carne, essencialmente de fármacos. Sendo os animais alimentados com estas rações, isso dá-nos segurança na ida para o matadouro, porque sabemos que não vão existir resíduos na carne. Por outro lado permite-nos ainda uniformidade na apresentação dos animais: ao nível da carcaça, gordura, de textura e sabor. Tudo isso é importante ser feito com o controlo das organizações de produtores. Falamos de borregos que têm uma fase de acabamento nas engordas. Neste caso, vamos colocá-los numa propriedade para engorda, no lado espanhol, de que é proprietária a Cooperativa OVIPOR. O borrego é desmamado e depois come alimento concentrado à base de cereais, sob o nosso controlo e das cooperativas. Esses alimentos são fornecidos pelas Cooperativas e são sempre vendidos pela ACOS. Os outros três produtos referenciados: Borrego de Erva, Cordeiro de Leite e Ovinos

Seriedade, experiência e qualificação garantem representação internacional da ACOS

O setor ovino está na génese da criação da ACOS, e mantém-se como um dos setores com grande relevo nesta associação.

As várias décadas de trabalho de campo, de desenvolvimento e de investigação realizados por esta associação, conferem-lhe um reconhecimento a nível nacional e internacional.

Exemplo disso é o facto de a ACOS representar toda a produção ovina portuguesa no Fórum da Carne de Ovino da União Europeia. Estes Fóruns são, de acordo com palavras suas, uma oportunidade para participar ativamente no desenvolvimento de políticas agrícolas, e de fazer pressão para que enquadrem e respondam às necessidades de contextos agrícolas mais marginais, como é o caso de Portugal.

Este projeto de comercialização está em sintonia com os objetivos do Fórum da Carne de Ovino da União Europeia?

Sim. Desse fórum resultaram uma série de con-

clusões e uma delas é precisamente estimular os Estados Membros a promoverem a comercialização organizada das diversas produções. E isto acontece porque se percebe que o produtor isolado, e sem apoios, fica muito mais vulnerável. E não é devidamente remunerado pelo seu trabalho. E isso pode colocar em causa a sua continuidade enquanto produtor.

Cada vez mais é importante que os produtores se mantenham no ativo. Não só por causa do muito antigo problema do despovoamento rural, problema que é transversal a todas as regiões do interior da Europa, mais “marginais” em termos produtivos. Este é um problema que preocupa a Europa e daí a razão de ser deste grupo que foi chamado a apresentar uma série de sugestões de melhoria, neste caso, do setor dos ovinos e caprinos. Esta realidade estende-se a todas as outras produções animais e vegetais.

de Refúgio são borregos que vão diretamente da pastagem para o matadouro. A OVIPOR está integrada num grupo muito maior de cooperativas designado EA Group, um grupo cooperativo ovino que abrange a Estremadura (E) e a Andaluzia (A). É um exemplo que considero muito interessante porque revela que apesar da grande dimensão da estrutura, não se perde a identidade de cada uma das cooperativas. São estruturas congêneres que se agrupam para ganharem dimensão e com isso ganhar poder negocial, num mercado que é cada vez mais mundial.

E qual foi a preferência em trabalhar com esta Cooperativa e não com outra?

Nós já conhecemos este grupo. E este contacto surge na sequência da comercialização da lã há vários anos. Estas são cooperativas especializadas. Há uma cooperativa à qual entregamos a lã para ser escolhida, tipificada e valorizada que pertence a este grupo. Temos vindo a manter contactos permanentes há mais de 20 anos, especialmente na Feira de Zafra, com entidades da Estremadura e também da Andaluzia. Com isso fomos obtendo e partilhando informação e contactos importantes. Alguns destes contactos foram estabelecidos a nível pessoal, numa relação que se foi estabelecendo de confiança. É importante a relação de confiança com os nossos parceiros, saber que têm princípios semelhantes aos nossos. Passados todos estes anos de “namoro”, conseguimos perceber que este é um grupo consistente e que fazia sentido integrá-lo. Partilhamos os mesmos princípios, embora de um lado seja um modelo coope-

rativo e do nosso lado seja um modelo associativo. Há entre nós princípios comuns.

Há ainda um outro fator em comum, o facto de este ser um produto – “Ovinos do sul da Europa”?

Sim. A realidade produtiva e o produto final desta produção são muito semelhantes. Em termos de condições edafo-climáticas estamos a falar da mesma região. E os problemas dos agricultores são também os mesmos. Portanto, faz todo o sentido que ganhem dimensão não só por razões comerciais mas também por “lobby político”. Fazer “lobby”, desde que com bons princípios, é perfeitamente legítimo e necessário. Gostava de frisar que em Espanha o movimento cooperativo vai muito para lá destas duas regiões. O EA Group juntou-se ainda a organizações de 3º nível, por exemplo da zona de Zaragoza, da zona oriental de Espanha e que se denomina OviSpain. Quando os seus produtos são vendidos para o mercado mundial saem, muitas vezes, com a denominação OviSpain. Não nos podemos esquecer que estamos ao lado de um país que tem, aproximadamente, 14 milhões de ovelhas. Se se consumir a saída do Reino Unido da União Europeia, a Espanha passa a ser o 1º produtor europeu de ovinos. Portugal tem cerca de dois milhões e quatrocentos mil ovinos. Só para dar um exemplo, só a região da Estremadura espanhola tem tantos ovinos como Portugal. Ao termos estruturas espanholas como parceiras, estamos a usufruir da experiência ou do “know-how” já adquiridos neste processo. E ganhamos escala. Escusamos de estar a perder mais tempo a “partir pedra”.



“Faz todo o sentido que ganhem dimensão não só por razões comerciais mas também por lobby político. Fazer lobby, desde que com bons princípios, é perfeitamente legítimo e necessário”.

ACOS disponível para parcerias com associações congêneres portuguesas

“Temos de estar preparados para o mercado mundial. E só conseguimos lá ir se tivermos dimensão”, palavras de Miguel Madeira que considera que “para tal, Portugal tem ainda um longo caminho a percorrer não só em termos comerciais, como técnicos.” Como tal, depois de estabilizada a primeira etapa, a ACOS pretende dinamizar outros serviços que contribuam para a criação de mais-valias para o produtor e para a valorização da fileira ovina, dos quais destaca a criação de um centro de tipificação de borregos.

Constata-se que Portugal tem um problema crónico de organização comercial, setorial, associativo. Que expectativas podem ser consideradas a médio/longo prazo? A ACOS poderá vir a concentrar a produção de outras regiões do País enriquecendo esta parceria? Ou já há condições em Portugal para começarmos a organizar a produção do ponto de vista regional, nacional e depois europeu?

Os nossos objetivos são robustecer cada vez mais esta componente comercial. Mas temos de ir dando um passo de cada vez. Para já temos esta parceria com os nossos vizinhos espanhóis. Neste momento estamos a fazer as entregas no lado de lá. A próxima etapa será criar uma estrutura de engorda, ou um centro de tipificação de borregos, do lado de cá, que faz de almofada entre a produção e o mercado. Faz

sentido por razões sanitárias, como também para garantirmos uma estrutura que esteja sob nosso controlo. Depois, as outras metas sucedem-se, porque há sempre formas de melhorar, como sejam a comercialização de alimentos para as diferentes espécies de animais, matérias-primas, equipamentos, entre outros. Isto, no que diz respeito ao projeto comercial. Quanto à questão estratégica da nossa integração em termos europeus, temos de estar preparados para o mercado mundial. E só conseguimos lá ir se tivermos dimensão. Essa dimensão é muito difícil de obter com dois milhões de ovinos. Temos essa experiência no caso da lã. Para dar um exemplo: um industrial de lãs da América do Sul manifestou interesse em obter lã da Raça Campaniça. Nós temos 7 mil fêmeas adultas da raça campaniça. Os nossos parceiros espanhóis, onde entregamos a lã, - a Comercial Ovinos - tiveram de esperar dois anos para conseguirem encher um contentor para enviar para a América do Sul. Este exemplo dá para percebermos o que representa a nossa pequena dimensão em termos de mercado.

Daí a importância da organização da produção?

Em Portugal há ainda muito caminho a percorrer, não só em termos comerciais, como técnicos. Os produtores funcionam muito na base do exemplo do vizinho. De início têm algumas reticências em integrar um novo projeto mas, quando percebem que o vizinho está a fazer uma coisa diferente, bem sucedida, querem também integrar esse projeto. É isso que esperamos que aconteça. Nesta fase experimental estamos a iniciar o processo com um grupo restrito de associados, que foram os primeiros a dirigir-se à ACOS, a insistir para retomarmos este processo de comercialização. Logo que esteja estabilizado, vamos alargar a todo o universo de associados da ACOS. E esperamos que, por essa via, a ACOS angarie mais associados, temos a certeza que existirão produtores de outras regiões do país a querer integrar este projeto. Inclusivamente, colocamos a hipótese de fazer parcerias com outras associações portuguesas congêneres da ACOS. E como disse há pouco, é importante que as diferentes entidades não percam a sua identidade. Nós não queremos fazer concorrência às nossas associações ou cooperativas portuguesas. Temos é de ir por via das parcerias. Se houver alguma entidade associativa ou



cooperativa em Portugal que queira integrar este projeto da ACOS é bem-vinda. Do mesmo modo que todos os produtores, do ponto de vista individual, são bem-vindos. A razão de ser deste projeto são os produtores que a integram. Como tal, sempre que as normas precisarem de ser revistas para ir ao encontro da realidade da produção e dos produtores que a integram, se-lo-ão.

Qual o principal destino dos borregos comercializados através desta plataforma?

Os borregos entram para comercialização em Espanha e depois são distribuídos no mercado espanhol, em algum mercado português, europeu, nomeadamente França e Itália e muito no mercado islâmico, norte de África e Médio Oriente. Os produtos são diferentes conforme os mercados para onde são dirigidos.

Pode-se fazer o paralelismo com o que acontece atualmente com os suínos?

Há uma diferença e penso que a comercialização dos suínos tem de evoluir. Constatamos que as nossas organizações de produtores de suínos estão a fazer parcerias com privados espanhóis. Talvez fosse importante adotarem um modelo do género do nosso, porque as cooperativas espanholas, nossas parceiras, também trabalham o porco ibérico. Seria de pensar, a médio prazo, na comercialização do Porco Alentejano por via desta estrutura, tal como estamos a fazer com o borrego.

Como garante o escoamento regular dos animais?

O escoamento é feito para a OVIPOR mas, como esta está integrada num grupo maior de cooperativas, não é a OVIPOR que vende os animais. A comercialização está a cargo de uma entidade de 2º nível, que é a OVISU. Esta integra todas as cooperativas de base e responsabiliza-se pela comercialização de toda a produção angariada por essas cooperativas, de entre as quais está a ACOS. Nós, por razões estruturais, temos de entregar a nossa produção à OVIPOR porque ainda não temos o tal centro de tipificação de que falámos há pouco. A partir do momento em que tenhamos o centro de tipificação a funcionar, começamos a relacionar-nos comercialmente com a OVISU ou qualquer outra cooperativa de 2º nível que faça parte deste projeto em Espanha. Este é um sistema em pirâmide.

O borrego português vai entrar em Espanha e, a partir de lá, vai ser vendido como borrego espanhol?

Os nossos borregos vão devidamente identificados porque as exigências para exportação são muitas. Mas, a partir do momento em que entra em Espanha, passa a ser borrego espanhol, embora não possa ser vendido com nenhuma denominação tipo Denominação de Origem Protegida, com chancela espanhola. Essa é uma questão que nos preocupa porque algumas mais-valias da valorização do borrego ficam do lado de lá da fronteira. Desde logo, as resultantes do processo de abate como as peles, os postos de trabalho, entre outras. Por isso é que o nosso objetivo passa por criarmos uma estrutura destas do lado de cá para que os nossos borregos se possam dirigir ao mercado nacional. Aliás, temos sido incentivados pelos nossos parceiros espanhóis para que isso aconteça. Porque eles também vendem para cá, conhecem o mercado português tão bem quanto nós. Inclusivamente, há grupos espanhóis, como é o caso da Mercadona que estão a instalar-se em Portugal e têm interesse em comercializar borregos a partir de estruturas deste género. Havendo um parceiro português, em Portugal, de um grupo espanhol, é claro que tem as portas abertas na cadeia de distribuição. Fomos incentivados pelos nossos parceiros a criar uma estrutura de tipificação do lado de cá. Isso revela lealdade por parte dos nossos parceiros. Por uma questão de cautela não vamos avançar já com uma estrutura desse género. Primeiro temos de ter a perceção de quantas pessoas vão aderir – temos a noção de que vão ser muitas. Mas precisamos perceber quantos animais conseguimos transacionar. Aí sim, estamos em condições de avançar.



Há grupos espanhóis que estão a instalar-se em Portugal e têm interesse em comercializar borregos a partir de estruturas deste género. Havendo um parceiro português, em Portugal, de um grupo espanhol, é claro que tem as portas abertas na cadeia de distribuição. Fomos incentivados pelos nossos parceiros a criar uma estrutura de tipificação do lado de cá. Isso revela lealdade por parte dos nossos parceiros.



Acordo tem como meta impulso de internacionalização



A Ovipor, única cooperativa agropecuária da região de Huelva, divulgou em comunicado de imprensa, que “assinou um protocolo de colaboração com a ACOS através do qual as duas estruturas se propõem incrementar valor acrescentado às produções agropecuárias dos seus membros/associados, reduzir custos, otimizar a os padrões de qualidade dos seus animais e garantir a segurança alimentar dos consumidores”.

De acordo com esta estrutura cooperativa, “este protocolo tem como meta reforçar o impulso de internacionalização por parte da Ovipor, que pretende fortalecer-se com base numa ampla aliança comercial em representação de mais de 2.300 produtores de animais, com cerca de meio milhão de cabeças de ovinos, caprinos e bovinos, em idênticos sistemas de produção. A atuação deste consórcio abrange o sudoeste da Península Ibérica, concretamente as províncias de Huelva, Sevilha e Badajoz, em Espanha, bem como na zona do Baixo Alentejo, em Portugal”.

O acordo tem ainda outros compromissos, tais como a defesa e proteção da pecuária em extensivo, o desenvolvimento e implementação de novas tecnologias associadas à produção, a colocação em marcha de

serviços de assessoria técnica e comercial que promovam a rentabilidade, a difusão de informação e conhecimento, formação técnica, com o propósito de melhorar a produção animal de qualidade, a par da sustentabilidade do meio ambiente.

O acordo pressupõe ainda a criação de uma comissão mista de acompanhamento, formada por oito pessoas, que deverá reunir-se de três em três meses, de forma alternada em Beja e em Huelva, a fim de acompanhar o desenrolar das operações comerciais. Esta comissão integra os presidentes da Ovipor e da ACOS, um conselheiro de cada uma das entidades, os respetivos diretores comerciais e técnicos.

Tendo em conta a contínua atualização de informação relevante, a Ovipor organizou, no dia 21 de Setembro, as suas habituais jornadas técnicas, em Huelva. Alimentação do cabrito de leite, orientada para uma produção eficiente; os processos respiratórios em pequenos ruminantes e o maneio reprodutivo em caprinos de leite e ovinos de carne. Apresentou ainda um projeto de serviços técnicos integrados nas instalações de ordenha, abordou a questão do seguro que cubra a problemática da seca, assim como a situação do mercado dos caprinos de carne e leite.



Normas de funcionamento interno da secção comercial de ovinos da ACOS – Associação de Agricultores do Sul

1 OBJECTO

O presente documento define as normas de funcionamento interno da secção comercial de ovinos da ACOS - Associação de Agricultores do Sul (adiante abreviadamente designada por “ACOS”).

2 CONDIÇÕES DE ADESÃO

2.1 A presente secção é reservada a Associados da ACOS que sejam proprietários de ovelhas e de uma exploração ovina.

2.2 A adesão à presente secção depende da aceitação incondicional e expressa das normas de funcionamento em vigor no momento da inscrição.

2.3 A ACOS reserva o direito de unilateralmente recusar o registo de qualquer pessoa que, de acordo com o seu exclusivo entendimento, entenda não reunir as condições exigidas pelas presentes normas de funcionamento.

3 OBRIGAÇÕES DOS MEMBROS

São obrigações dos membros da secção comercial:

3.1 Cumprir escrupulosamente com o disposto nas normas de funcionamento;

3.2 Pagar atempadamente a quota anual;

3.3 Comunicar atempadamente à ACOS qualquer circunstância que possa afetar o cumprimento do disposto nas presentes normas de funcionamento ou na legislação ou regulamentação aplicável.

4 DURAÇÃO

A adesão à secção comercial implica uma fidelização do membro da secção comercial à mesma por um período mínimo de um ano.

5 QUOTIZAÇÃO ANUAL

5.1 A presente secção comercial tem associada uma quota anual de € 3,30 (três euros e trinta centimos) por ovelha, a qual deverá ser liquidada em três prestações de € 1,10 (um euro e de dez centimos) com datas de vencimento em 1 de abril, 1 de agosto e 1 de dezembro de cada ano.

5.2 A referida quota é cobrada ao membro da secção comercial pela prestação dos serviços facultados pela ACOS no âmbito da comercialização dos seus borregos.

5.3 A quota prevista em 5.1. poderá ser atualizada anualmente, comprometendo-se a ACOS a não proceder a qualquer atualização no curso do primeiro ano.

5.4 As ovelhas contabilizadas serão as que constam na declaração de Existências efetuada pelo produtor em Janeiro de cada ano.

6 CESSAÇÃO OU TRANSMISSÃO DE ACTIVIDADE

6.1 Em caso de transmissão da exploração a familiares ou terceiros, o membro da secção comercial poderá transmitir os seus direitos dentro da secção desde que os novos titulares sejam Associados da ACOS e acatem as presentes normas.

6.2 Em caso de morte do membro da secção comercial ou cessação da exploração, sem que haja transmissão para terceiros, a adesão à presente secção comercial caduca.

7 COMERCIALIZAÇÃO DOS BORREGOS

7.1 O membro da secção comercial compromete-se a comercializar toda a sua produção através da ACOS, incluindo os ovinos de refugo para abate, com exceção do gado que deixe para reposição ou venda para reprodução. Neste último caso, deverá comunicá-lo por escrito e facultar cópia da guia de saída destes animais.

7.2 O membro da secção comercial compromete-se a informar a ACOS do número de borregos que tem para entregar de segunda a quarta-feira.

7.3 A ACOS comunicará telefonicamente, ou por outro meio de comunicação expedito acordado entre as partes, a data, lugar e hora aproximada da recolha, que normalmente será na semana seguinte à da oferta.

7.4 Os custos de transporte dos borregos da exploração de origem até ao Centro de Tipificação ou Matadouro indicados pela ACOS são por conta do produtor.

7.5 Os borregos que procedam de explorações com Estatuto Sanitário não Oficialmente Indemne (B2.1, B2, B3, B3S, B4S) poderão sofrer atrasos na sua recolha, não garantindo a ACOS a comercialização destes animais.

8 MARCAÇÃO DOS ANIMAIS

8.1 No momento do carregamento os animais deverão estar separados e identificados com os meios de identificação legalmente exigidos para a movimentação.

8.2 Para além dos brincos, os animais poderão ser marcados com tintas autorizadas que diferenciem umas partidas das outras.

8.3 Os animais que não sejam identificados de acordo com este sistema serão penalizados em um euro por animal.

9 DOCUMENTAÇÃO

9.1 O membro da secção comercial autoriza, desde já, o acesso, pela ACOS, aos seus dados do SNIRA para consulta da composição do efetivo ovino e dos movimentos efetuados.

9.2 O membro da secção comercial, no momento da carga, deverá facultar a documentação administrativa e sanitária que seja necessária em cada momento.

9.3 Os animais deverão estar perfeitamente sãos e os membros da secção comercial deverão avisar de qualquer suspeita de anomalia para que sejam tomadas as medidas necessárias em cada caso. Caso entrem no Centro borregos que necessitem de tratamentos adicionais aos que são aí praticados por rotina (por exemplo afetados por Ronha), o seu custo será descontado aquando do pagamento.

10 RAÇÃO

Os borregos deverão estar desmamados e habituados ao tipo de ração comercializada e recomendada pela ACOS há, pelo menos, de dias antes da sua entrega.

11 BAIXAS

As baixas que ocorram nas quarenta e oito horas seguintes à entrada dos animais no centro, ou posteriores, atribuíveis ao estado de entrega dos animais, serão por conta do membro da secção comercial, com exceção das produzidas por acidentes de transporte, traumatismo e asfixia.

12 PESOS E CLASSIFICAÇÕES

12.1 O peso remendado é de:

- 18 a 25 Kg no caso dos machos;
- 18 a 23 Kg no caso das fêmeas.

Os borregos serão pesados e classificados 24 a 48 horas após a recolha, por Técnicos da Ovipor. O peso de referência para a partida de borregos é de 23 Kg.

12.2 Cálculo do peso médio da partida de borregos: Calcula-se depois o peso médio da partida e:

Partidas com peso médio superior a 23 Kg: paga-se somente até 23Kg;

Partidas com peso médio inferior a 23 Kg: desconta-se 1,8 € (um euro e oitenta centimos) por cada Kg abaixo dos 23 Kg de referência.

Exemplo: Preço da partida 82,00 € (oitenta e dois euros); Partida de 20 borregos com peso médio de 22 Kg; Serão pagos 82 € - 1,8 € = 80,2 €/borrego.

12.3 Partidas de borregos com pesos individuais superiores a 26 Kg (machos e fêmeas):

Os borregos que, individualmente, ultrapassem o peso indicado serão penalizados em € 5,00 (cinco euros).

12.4 Borregos pequenos:

Não se aceitam borregos com peso inferior a 16 Kg e, em caso algum, se aceitarão borregos que não saibam comer ração, não sendo pagos os borregos que sejam detetados nesta situação.

12.5 Borregos com qualidade deficiente:

Serão desvalorizados nas seguintes percentagens:

- Magros: 25% do seu valor
- Doentes: penalizados em 100% do seu valor
- Serão penalizados os borregos que apresentem “setas” ou peles defeituosas no valor imposto pelo mercado.

12.6 Borregos de Erva:

Estes borregos são comercializados em fevereiro, março e abril e deverão ter pelo menos 25 Kg de P.V., não havendo limite superior de peso.

Ao peso vivo dos borregos é descontado 3%, valor este equivalente ao peso do seu conteúdo gastrointestinal.

Os borregos saem da exploração diretamente para o Matadouro.

O preço de referência é o da Bolsa da Extremadura, retirando-se dele um valor por borrego (em 2016, € 5 a € 6 por borrego) e acrescentando outro valor por Kg de P.V. acima dos 25 Kg de P.V. (em 2016, 1 €/Kg P.V.). Estes valores são definidos e comunicados para cada caso.

12.7 Cordeiros (“Lechales”):

Estes borregos são comercializados principalmente na 2ª e 3ª semanas de dezembro. O intervalo de pesos admitidos situa-se entre os 11 e os 15 Kg de P.V.

Ao peso vivo dos borregos é descontado 3%, valor este equivalente ao peso do seu conteúdo gastrointestinal.

Estes borregos devem estar a mamar no momento do levantamento.

O preço será o do mercado na altura da comercialização e é indicado para os 12 Kg de P.V.. Por cada Kg acima ou abaixo deste peso soma-se ou diminui-se, respetivamente, €1,00 (um euros).

12.8 Ovinos de Refugio

A comercialização deste tipo de animais faz-se ao longo de todo o ano e o preço a praticar é o que vigorar no mercado na semana do carregamento.

Este preço é indicado em Euros por Kg de P.V..

(Exemplo dos preços praticados em 2016 e 2017: entre € 0,55 e € 0,58 por Kg P.V.)

Ao peso vivo dos ovinos de refugo é descontado 3%, valor este equivalente ao peso do seu conteúdo gastrointestinal.

13 PAGAMENTOS

13.1 Os pagamentos são efetuados no dia 20 do mês seguinte ao do carregamento.

13.2 Formação do preço: O produtor receberá o preço médio da Bolsa da Extremadura da semana do carregamento, descontando deste valor:

13.2.1 os custos inerentes ao processo de exportação;

13.2.2 e os custos de transporte dos borregos até ao Centro de Tipificação ou Matadouro indicados pela ACOS, no caso do produtor solicitar este transporte a esta associação.

13.3 A faturação será efetuada na semana do carregamento e por partida em função dos pesos e da qualidade estabelecidos anteriormente.

As faturas deverão ter a data do dia do carregamento e deverão ser entregues na ACOS, o mais tardar, na semana seguinte à do carregamento.

14 INFORMAÇÃO ADICIONAL

14.1 Custos com a exportação:

14.1.1 Certificado Sanitário Oficial – € 25,00 (vinte e cinco euros). A Direção Geral de Alimentação e Veterinária emite um Certificado por Marca Oficial de Exploração e por detentor;

14.1.2 Custo deslocação Técnico Oficial – € 0,50 (cinquenta cêntimos) por Km;

14.1.3 Custo Hora Técnico Oficial – € 15,00 (quinze euros) por hora;

14.1.4 Taxa SIRCA – € 0,40 /borrego ou € 0,85 /ovino adulto;

14.1.5 Kit Brincos eletrónicos – € 0,97 (noventa e sete cêntimos) + 13% IVA = € 1,10 (um euros e deí).

14.2 Comparticipação INTEROVIC (Organização Interprofissional Agroalimentar do Ovíno e Capríno de Espanha): Sempre que os ovinos sejam exportados em vida para Espanha, será cobrado o valor correspondente à comparticipação legalmente exigida neste país, que em 2017 é de 0,05€ por animal.

15 EXCLUSÃO DE MEMBROS

15.1 A ACOS reserva o direito de cancelar a inscrição de quaisquer membros que não cumpram as normas de funcionamento, bem como de todos aqueles que façam um uso indevido do programa.

15.2 Em caso de cancelamento, o membro perde o direito às condições previstas nas presentes normas de funcionamento, sem direito a qualquer compensação ou ao reembolso de quaisquer valores pagos.

16 CANCELAMENTO

E ALTERAÇÕES

16.1 A ACOS reserva o direito de revogar e/ou modificar, na totalidade ou parcialmente, as normas de funcionamento.

16.2 O cancelamento ou alterações das normas de funcionamento serão comunicadas aos membros por carta registada com aviso de receção.

16.3 A revogação e/ou as modificações serão comunicadas aos membros com, pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência sobre a data em que se pretende que produzam efeitos, prazo que as partes consideram razoável.

16.4 Os membros que não concordem com as alterações introduzidas aos termos e condições de utilização poderão, a todo o tempo, cancelar o seu registo na secção comercial.

17 REDUÇÃO

A nulidade, anulabilidade ou qualquer outra causa de invalidade de alguma das disposições das normas de funcionamento não determina a invalidade das restantes, exceto se relacionado com a responsabilidade da ACOS.

18 PROTECÇÃO DE DADOS

18.1 Nos termos da lei aplicável, o membro autoriza expressamente que os seus dados pessoais, sejam recolhidos e processados pela ACOS.

18.2 O processamento de dados a que se refere o número anterior destina-se à gestão e funcionamento da secção comercial, designadamente quanto à manutenção da Base de dados dos ócios atualizada e à verificação da composição do efetivo ovino e dos movimentos efetuados.

18.3 O membro poderá, a todo o momento, exercer os direitos previstos na lei de proteção de dados pessoais, designadamente em matéria de acesso, retificação, cancelamento, apagamento, boqueio e oposição, fazendo-o por escrito para o endereço postal da ACOS ou através de mensagem de correio eletrónico para o endereço geral@acos.pt, na qual efetue a sua identificação e indique a situação que constitui objeto da sua solicitação.

18.4 Os dados pessoais dos utilizadores que sejam recolhidos em rede aberta, poderão ser vistos ou utilizados por terceiros não autorizados.

19 JURISDIÇÃO E LEI APLICÁVEL

As normas de funcionamento encontram-se regidos pela lei portuguesa e quaisquer litígios relativos à sua interpretação, aplicação ou cessação serão dirimidos pelo Tribunal da Comarca de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.



biosfera



**SENTIDOS ALERTA
E BOA VISITA**

**AWAKE YOUR
SENSES AND ENJOY**

ACOS congratula-se com classificação do Campo Branco a Reserva da Biosfera

A ACOS – Associação de Agricultores do Sul congratula-se com a classificação do concelho de Castro Verde como Reserva da Biosfera da UNESCO e felicita os subscritores da candidatura, a Associação de Agricultores do Campo Branco, o Município de Castro Verde e a Liga para a Proteção da Natureza. Por considerar bastante relevante o trabalho realizado, a ACOS – Associação de Agricultores do Sul, manifestou, desde o início, o seu apoio a esta candidatura. Salienta a importância do trabalho em parceria que tem vindo a ser realizado no sentido de gerar desenvolvimento, com preservação da biodiversidade, compatibilizando a atividade agrícola com a conservação da natureza. O Campo Branco é uma extensa zona de sequeiro com uma importante atividade pecuária – designadamente bovinos, ovinos e suínos – cereais e montado, onde as adversidades têm vindo a ser transformadas em desafios, por via de um trabalho conjunto entre as diferentes instituições e a comunidade de agricultores local. O reconhecimento e visibilidade internacional dos valores naturais e dos produtos locais, potenciados pela classificação da UNESCO com a recém distinguida Estepe Cerealífera de Castro Verde, fazem aumentar a necessidade de tomada de medidas a curto, médio e longo prazo para mitigar os efeitos das alterações climáticas já sentidas na região.





O anúncio da aprovação da candidatura do território de Castro Verde a Reserva da Biosfera da Unesco foi feito no dia 14 de Junho, em Paris, pelo presidente do Conselho Internacional de Coordenação do Programa MaB (Man & Biosphere).

A candidatura, apresentada pelo Município de Castro Verde, Associação de Agricultores do Campo Branco e Liga para a Proteção da Natureza, foi analisada pelo Comité Consultivo do MaB. Segundo a sua análise, esta candidatura é merecedora de integrar a lista de reservas da biosfera, porque se trata de “uma das mais representativas estepes de cereais da Península Ibérica e até de toda a Europa”. Ao mesmo é salientado que este é um dos “mais ameaçados territórios rurais da região mediterrânica”.

Outro dado tido em conta pelo Comité Consultivo do MaB é o facto de as atividades agrícolas ancestrais, designadamente o trigo de sequeiro produzido em extensivo na zona do Campo Branco, serem compatíveis com “espécies endémicas raras” e em risco de extinção, como sejam a águia imperial ibérica, uma das mais raras do mundo, a abetarda e outras entre as cerca de 200 espécies que vivem e se reproduzem na zona de Castro Verde.

Para as três entidades envolvidas na candidatura de Castro Verde a Reserva da Biosfera da Unesco, a simbiose entre a atividade humana e a preservação do meio ambiente é um mérito devido a toda a comunidade.



José da Luz,
Presidente da Associação de Agricultores do Campo Branco

“Valeu a pena a luta e a vontade férrea de vencer todas as contradições”

“O Campo Branco e especificamente Castro Verde, tem desde 1994 um Programa Zonal que foi precisamente o primeiro programa agroambiental em Portugal e o primeiro programa do género que envolveu agricultores e ambientalistas na então CEE”. Estas são palavras de José da Luz, Presidente da Associação de Agricultores do Campo Branco, que em 42 anos de agricultura no terreno, realça que a capacidade de adaptação e a vontade de continuar valem, já por si, a aprovação do concelho à Reserva da Biosfera da UNESCO

Como promotor e apoiante desta candidatura, o que sentiu, quando em plena sede da UNESCO em Paris, soube, em primeira mão que o Concelho de Castro Verde tinha sido reconhecido como Reserva da Biosfera?

Naturalmente que é um momento único e de grande emoção, não só pela distinção em si, mas em todo o ambiente em que é anunciado. Nesta reunião na sede da UNESCO em Paris, foram aprovadas mais 22 candidaturas e o alargamento de mais quatro à Reserva da Biosfera da UNESCO, oriundas de diversos países e de vários continentes, altura em que todos se manifestavam alegre e entusiasticamente.

Para além da alegria e da satisfação, há uma reflexão própria de missão cumprida e que valeu a pena a luta e a vontade férrea de vencer todas as contradições que em processos desta natureza surgem. Esta candidatura do concelho de Castro Verde à Reserva da Biosfera da UNESCO foi apresentada por uma parceria composta pelo Município de Castro Verde, Liga para a Protecção da Natureza e Associação de Agricultores do Campo Branco. Da delegação de Castro Verde que se deslocou a Paris faziam parte os presidentes das três instituições e ainda os técnicos das entidades envolvidas que elaboraram com muita distinção a candidatura.

Qual é o contributo desta candidatura para os agricultores da região.

O Campo Branco e especificamente Castro Verde, tem desde 1995 um Programa Zonal que foi precisamente o



primeiro programa agro-ambiental em Portugal e o primeiro programa do género que envolveu agricultores e ambientalistas na então CEE. Para aderirem a este programa, os agricultores tem que cumprir determinadas regras que passam pela prática de uma agricultura que seja compatível com a protecção do meio ambiente, nomeadamente a biodiversidade e as aves estepárias.

Numa zona de sequeiro, sem alternativas à prática de agricultura tradicional e pecuária em extensivo, as compensações financeiras que os agricultores recebem em troca deste serviço que prestam à comunidade é fundamental para as suas explorações. Na minha opinião, a aprovação desta candidatura, vai permitir ou

melhor poderá ser um valor acrescido para que o programa zonal possa ter continuidade nos próximos quadros comunitários de apoio.

As atividades agrícolas e pecuárias neste território agora classificado, com eventuais restrições, estão salvaguardadas?

Neste território, como já afirmei anteriormente existe um programa zonal que tem regras que os agricultores aderentes têm que cumprir. Quando das reuniões exploratórias que efectuámos com os outros parceiros, fomos bastante precisos, só entrávamos num processo destes, desde que daí não fossem colocados aos agricultores mais restrições do que aquelas que já tinham que



FOTO JOSÉ FERROLHO/DIÁRIO DO ALENTEJO



Quando das reuniões exploratórias que efectuámos com os outros parceiros, fomos bastante precisos, só entrávamos num processo destes, desde que daí não fossem colocados aos agricultores mais restrições do que aquelas que já tinham que cumprir por via das agro-ambientais.

cumprir por via das agro-ambientais. Foi uma posição aceite, com a salvaguarda das zonas nucleares que voluntariamente foram postas à disposição e fazem parte da candidatura.

“A pastagem faz o gado e o gado faz as pastagens”

A produção animal em regime de extensivo continua a ter enquadramento neste território? Ainda é permitido o pastoreio e as culturas de sequeiro?

Castro Verde é uma zona típica de culturas de sequeiro e pastoreio extensivo. Para estes campos já há muitos séculos que os rebanhos de ovinos da Serra da Estrela, para aqui vinham pastorear. Hoje, como antigamente as planícies de Castro Verde são uma zona de cereais de sequeiro, não já para comercialização do grão, mas para a produção de alimentos para a pecuária e actualmente temos já uma grande incremento de áreas semeadas para pastagens, produção de feno e feno silagem. O pastoreio nas áreas do plano zonal, naturalmente que obedece a um encabeçamento máximo, assim como a rotação cultural das terras de cereal.

“Benefícios económicos para a região”

Refere a candidatura que este reconhecimento leva à valorização dos produtos provenientes deste território. Que produtos são estes? Recursos florestais como cogumelos, mel, ervas aromáticas?

Para além do mel, temos o borrego e o vitelo, a gas-

tronomia (o fabuloso jantarinho de grão), o pão, as afamadas queijadas e folhados de Castro Verde. Mas fundamentalmente temos uma paisagem única, as aves estepárias, as aldeias e vilas, os montes, a cultura, a viola campaniça, o cante alentejano e a simplicidade das suas gentes e ainda a Feira de Castro.

Acredita que este selo será um contributo para dinamizar a região em termos turísticos por exemplo?

Creio e estou totalmente confiante que sim. A aprovação desta candidatura, é uma marca que vai ser conhecida mundialmente e já por via do Plano Zonal, Castro Verde é visitado anualmente por muitos turistas amantes da natureza e da observação de aves. Além disso as facilidades de acesso rodoviário a Castro Verde e às freguesias são boas e isso vai também permitir por certo a vinda de mais visitantes.

E as atividades cinegéticas, que atualmente têm alguma representatividade nas receitas turísticas desta região, poderá ser mantida?

A actividade cinegética, como em todo o Alentejo atrai muitos amantes da modalidade. Mas a decadência em que se encontra, leva-me a dizer que por aí as coisas não vão ser muito atraentes e não vejo, mesmo para as zonas mais conhecidas de caça, um futuro muito positivo. Acho que não a nível local ou regional, mas nacional que a situação terá que ser bem estudada e repensada.



Desertificação humana e envelhecimento das populações

Além da desertificação climática, esta zona sofre um grave problema de desertificação humana e envelhecimento das populações residentes. Esta candidatura teve em conta esta problemática? De que modo poderá contribuir para mitigar ou reverter esta situação?

Este é talvez o ponto mais importante e preocupante, não só aqui em Castro Verde, como na parte sul do Baixo Alentejo. Castro Verde, devido à indústria mineira será dos poucos concelhos do sul que não perdeu população. A situação é mais gravosa no meio rural, com a maioria dos agricultores bastante idosos, embora se esteja a verificar um lento rejuvenescimento na agricultura. Um dos objectivos da aprovação destas candidaturas, ou melhor o que leva muitas vezes a aprovar estas candidaturas, é precisamente contrariar o fenómeno da desertificação humana. Espero que a situação neste aspecto que pelo menos se mantenha como está.

Alterações climáticas e secas prolongadas

Não beneficiando de nenhum sistema de regadio estruturante, este sistema, assim como foi classificado, pode sobreviver? Não ficam a biodiversidade ou as atividades agrícolas ameaçadas pela falta de água?



Por aqui estou, há mais de 42 anos, e nos primeiros anos, o que me impressionava e me preocupava eram as cheias que duravam dias e dias, choviam semanas inteiras. Tudo alagado, caminhos intransitáveis, muitas vezes não se podia chegar ao pé do gado. Hoje tudo está ao contrário.

Como a espécie humana, também a biodiversidade e a natureza, terão que se habituar a esta falta de água, ou melhor em grande parte já estão habituados aos rigores do tempo. Aqui o Verão é de uma imensa estiagem, como no rigor do Inverno faz frio de rachar. Por aqui estou, há mais de 42 anos, e nos primeiros anos, o que me impressionava e me preocupava eram as cheias que duravam dias e dias, choviam semanas inteiras. Tudo alagado, caminhos intransitáveis, muitas vezes não se podia chegar ao pé do gado. Hoje tudo está ao contrário, as primaveras cada ano que passa são mais curtas e inconstantes. Este ano choveu no mês de Março, foi fabuloso aqui no Campo Branco e em Abril tudo foi ao contrário. Por este poder de adaptação que todos temos a estas condições climáticas, os humanos, a biodiversidade, as aves estepárias, o mato, o chaparro, a nossa pecuária extensiva e a vontade de continuar, só por isso temos direito a aprovação do nosso concelho à Reserva da Biosfera da UNESCO.

Não queria terminar esta oportunidade, sem deixar um agradecimento muito expressivo ao apoio incondicional dado pela ACOS à candidatura de Castro Verde e pela congratulação que publicamente e através de um comunicado, emitiu no próprio dia da aprovação da candidatura. As relações de grande estima e cooperação que as duas organizações sempre têm mantido, sendo um exemplo para a sociedade e para o nosso sector, são da maior importância para a agricultura alentejana.

Rita Alcazar, bióloga da Liga para a Proteção da Natureza

“Esta candidatura reflete um trabalho onde todos estão envolvidos”

O concelho de Castro Verde, “um ecossistema humanizado de alto valor natural” foi recentemente classificado como Reserva da Biosfera da UNESCO. Tem sido, muitas vezes, referido como um verdadeiro “hotspot da biodiversidade” onde existem, entre outras espécies, aves protegidas como a abetarda, o sisão, o peneireiro das torres. Para a criação de tais condições é preciso um trabalho de articulação entre todas as entidades no terreno. É sobre este diálogo constante que falámos com a coordenadora da Liga para a Proteção da Natureza em Castro Verde. Rita Alcazar, bióloga com formação académica e científica em Zoologia e Biologia da Conservação, com mestrado em Ordenamento do Território, fala-nos sobre a capacidade de todos se ouvirem e trabalharem soluções conjuntas.

O que levou a esta candidatura?

A Câmara Municipal de Castro Verde, a Associação de Agricultores do Campo Branco e a LPN trabalham em conjunto, numa parceria muito estreita há mais de 30 anos. Tem havido, desde sempre, uma grande capacidade para nos ouvirmos e trabalharmos soluções conjuntas. Este trabalho conjunto foi muito importante para a criação de raízes que levou ao bom acolhimento da nossa candidatura. Esta candidatura tinha, naturalmente, de ser promovida pelas três entidades. Assumimos esta dinâmica os três em conjunto, sendo que muitas outras entidades dão o seu apoio e os seus contributos. A aprovação da candidatura tem precisamente essa filosofia, a obrigação de termos um Conselho de Gestão que vai ser constituído por representantes das três entidades. Vai haver também um Conselho Consultivo com várias entidades locais, regionais e também nacionais. Vai também ser criado um Conselho Científico. O que se pretende é que o trabalho que vai ser feito daqui para a frente continue a ser muito participado, envolvendo todos para que possa ser construído de uma forma sustentável. Esta candidatura tem essa particularidade de um grande envolvimento.

Este primeiro passo foi uma vitória partilhada? O que sentiu quando foi divulgado que o Concelho de Castro Verde tinha sido reconhecido como Reserva da Biosfera?

É uma vitória partilhada não só pelas três entidades, mas também por todos os castrenses. Todos aqueles que neste território, participam no seu dia-a-dia, nas suas atividades de trabalho ou de lazer, todos contribuíram para que se chegasse aqui hoje. Esta candidatura reflete um trabalho onde todos estão envolvidos. Por um lado, foi um sentimento de enorme orgulho. Conseguimos um reconhecimento de nível internacional. Uma distinção que nos coloca num patamar de excelência a nível mundial. Por outro lado, e ao mesmo tempo, um maior sentido de responsabilidade. O reconhecimento significa que não só temos de manter o nível de excelência que nos permitiu chegar aqui, mas conseguir fazer ainda mais e melhor.

Em que medida este trabalho pode ser melhorado e qual o nível de compromisso que este Selo da UNESCO acarreta?

Quando nós dizemos que é um ecossistema humanizado de elevado valor natural isto está relacionado com o papel muito importante que está a ser desempenhado pelos agricultores. São os agricultores que ao longo destas décadas têm moldado estas paisagens para termos estas estepes cerealíferas que albergam as espécies que são raras e ameaçadas, como a abetarda, o sisão, o tartaranhão, entre outras, porque têm aqui uma “casa”, um habitat que é construído e mantido graças ao trabalho dos agricultores. Em termos da Biosfera Castro Verde, a candidatura obriga a um plano de ação que nós propusemos trienal. Tem várias vertentes, desde o trabalho de acompanhamento que permite manter o que já foi feito, mas também mantermos um trabalho grande de conseguirmos aproveitar as mais-valias em outras áreas e em outras valências. A mais óbvia pode ser o turismo porque tem vindo a aumentar o *bird-watching*. Esta poderá ser uma das mais-valias que poderemos retirar daqui. Mas não só. A candidatura





“Esta candidatura reconhece, sem qualquer dúvida, o papel que os agricultores têm tido e que é fundamental para se conservar um bem que é de todos nós: a paisagem, a biodiversidade. Reconhece e valoriza o papel dos agricultores na preservação e manutenção destes territórios rurais de baixa densidade.”

também é reconhecida pela UNESCO pela sua missão não só associada às questões do ambiente, mas também culturais, de educação, cidadania, igualdade de género... Todas estas questões estão relacionadas com os objetivos de desenvolvimento sustentável definidos na Agenda 2030. A UNESCO valorizou, por um lado, o que se conseguiu fazer em termos de preservação do território, desta compatibilização entre a atividade agrícola e a natureza. E também da preservação que houve do património material e imaterial. O facto de haver aqui todo um trabalho a nível do concelho, de promoção do cante alentejano, da viola campaniça, o Museu da Ruralidade, foi também valorizado e que também vai ser desenvolvido no âmbito da aprovação da candidatura.

Qual o contributo desta candidatura para os agricultores, e no que respeita à paisagem, fauna e flora autóctones?

Por um lado, esta candidatura reconhece, sem qualquer dúvida, o papel que os agricultores têm tido e que é fundamental para se conservar um bem que é de todos nós: a paisagem, a biodiversidade. Reconhece e valoriza o papel dos agricultores na preservação e manutenção destes territórios rurais de baixa densidade. Por outro lado, a nossa expectativa é que a aprovação desta candidatura permita salvaguardar e apoiar mais, no futuro, os agricultores para fazerem o seu trabalho com este tipo de práticas benéficas para a biodiversidade. Também foi mencionado na candidatura o facto de termos, desde 1995, uma medida agroambiental a funcionar, financiada pela União Europeia, que é o Apoio Zonal de Castro Verde. Esta medida tem sido um dos elementos chave para possibilitar alguma compensação aos agricultores por algumas cedências necessárias para, por exemplo, proteger os ninhos, os ovos e as crias no solo. Estas aves às vezes nidificam no meio das searas, nas pastagens. Também são evitados alguns trabalhos agrícolas em determinadas alturas do ano para evitar danos a estas aves. É absolutamente essencial que se mantenha esta atividade agropecuária característica desta zona que, além de ser essencial a sua manutenção, na prática os agricultores não só produzem vitelos, ou borregos para o nosso consumo, como produzem também abetardas, sisões e outras aves protegidas. Se contássemos também estas cabeças veríamos que também são uma produção da responsabilidade dos nossos agricultores. Não é palpável como as outras, mas tão importantes como elas. Os agricultores são o grande suporte desta biodiversidade. É importante continuar a haver um diálogo constante, ouvindo-nos uns aos outros e entendendo-nos.

Em ano de seca como se sobrevive num território sem água para regadio?

Embora estejamos com uma seca baste grande, este ano não foi mau no que diz respeito a pastagens e produção

de cereais. Estivemos dentro dos valores médios normais para esta zona. No entanto, é importante encontrarmos maior capacidade de criação de reservas de água para abeberamento do gado.

No âmbito desta candidata é referido que este reconhecimento leva à valorização dos produtos provenientes deste território. Que produtos são estes?

Um dos objectivos que temos neste momento explicado no nosso plano de ação é a criação de uma marca que identifique todos os produtos ou serviços produzidos ou criados no concelho, na Biosfera de Castro Verde. São disso exemplo, entre outros, os cogumelos, o pão, a carne, as queijarias, mas também de serviços de hotelaria, de restauração que tenham associada esta marca que nos reconhece como território reconhecido pela UNESCO, e com isso criar uma diferenciação.

Esta diferenciação dos produtos e serviços, juntamente com o impacto gerado pela distinção a Reserva da Biosfera pode criar maiores dinâmicas no que diz respeito à presença de visitantes, visibilidade do concelho e “venda” da marca?

Sim. Acreditamos que a visibilidade gerada em torno do reconhecimento de Castro Verde como património imaterial da UNESCO possa aumentar a vinda de visitantes. A par disso, Portugal está a ter um fluxo maior de turistas e, em função destes fatores, acreditamos que vamos ter a vinda de mais visitantes.

Como se gere, num território protegido em termos ambientais, o aumento de visitantes, logo de pega da humana?

Essa é uma das nossas preocupações que passa por conseguirmos monitorizar para percebermos se está a haver algum efeito negativo, nomeadamente nas espécies mais sensíveis. Daí que tenhamos previsto um conselho científico para trabalhar algumas questões que tenhamos de acautelar. É importante mantermos as condições de ordenamento corretas. Essa questão também passa, em grande medida, por ações de sensibilização dos visitantes, de modo a que o turista incorpore um pouco, no decorrer da visita, a importância do papel da salvaguarda. O turista é um motor de desenvolvimento local mas também deverá ter informação que lhe permita perceber que existe algum enquadramento ético que deverá observar. Este deverá também contribuir para a proteção e salvaguarda dentro do que está o seu alcance. Como exemplo: se uma pessoa vem fazer observação de aves, deverá saber respeitar o seu habitat natural. Estamos a falar de espécies selvagens no seu habitat natural.

E as atividades cinegéticas, que atualmente têm alguma representatividade nas receitas turísticas desta região, poderão ser mantidas?



O concelho de Castro Verde, na sua grande maioria, tem zonas de caça associativas ou turísticas em regime cinegético ordenado. Este é um ponto de partida muito importante porque significa que quem está a caçar tem já responsabilidades na gestão do habitat das espécies cinegéticas. Curiosamente nós trabalhamos também em parceria com os caçadores. Os caçadores são importantes na criação de pontos de abeberamento adicionais, bem como de suplemento alimentar, incluindo a sua presença no território. Sem esta gestão feita pelos caçadores, nós provavelmente estaríamos a perder biodiversidade. Muitas das medidas trabalhadas pelos caçadores funcionam, com pequeninos ajustes, para contribuir também para as espécies raras e ameaçadas. As abetardas vão alimentar-se em alguns destes comedouros de suplemento alimentar colocados pelos caçadores, vão beber água a alguns dos bebedouros. O que é feito para a gestão das espécies cinegéticas também tem, na sua grande maioria, um contributo importante para as outras espécies. Há aqui uma mais-valia para o território relacionada com a atividade cinegética, que vai para além da própria atividade cinegética. Os caçadores são outra das peças fundamentais neste processo. Em regime ordenado, as situações de incumprimento têm sido muito reduzidas.

Estamos a falar de um território que tem pouca gente. Esta candidatura teve em conta esta problemática? De que modo poderá contribuir para mitigar ou reverter esta situação de perda de habitantes?

Na candidatura foi considerado o facto de o concelho de Castro Verde integrar as Minas de Neves Corvo. Esta candidatura contribui para manter uma atividade agrícola viável. Ao fazer isso, estamos a manter a grande percentagem do território do concelho. Quase todo o concelho é Superfície Agrícola Útil (SAU). Ao valorizar a atividade agrícola, a Biosfera Castro Verde está a contribuir para manter o emprego agrícola, eventualmente, melhorando-o um pouco. Por outro lado, se conseguirmos potenciar todas as outras atividades associadas à manutenção da paisagem, da biodiversidade, poderemos estar a criar várias áreas de emprego que podem ser valorizadas. E com isso podemos conseguir combater um pouco o despovoamento. A minha opinião, muito pessoal, é que não vejo como muito negativo vivermos num território de baixa densidade. Há questões associadas que representam qualidade de vida, que territórios de alta densidade não têm. Mas há que conseguirmos manter e melhorar a qualidade de vida.

“Não há agricultura sem homens, nem homens sem agricultura”.

Nós não temos aqui abandono de terras agrícolas.



“Curiosamente nós trabalhamos também em parceria com os caçadores. Os caçadores são importantes na criação de pontos de abeberamento adicionais, bem como de suplemento alimentar, incluindo a sua presença no território. Sem esta gestão feita pelos caçadores, nós provavelmente estaríamos a perder biodiversidade.”

Quem quer adquirir terra tem alguma dificuldade em fazê-lo porque não há livre. Houve sim, à semelhança do que acontece no resto do País, aumento da dimensão das parcelas agrícolas. Temos algumas situações que é preciso trabalhar no plano de ação, de desertificação física, associadas à conservação do solo. No ecossistema está tudo interligado: sem solos não temos agricultura, sem agricultura não temos biodiversidade, sem biodiversidade não temos pessoas. Relativamente às alterações climáticas existem várias medidas. Como exemplo, o Município de Casto Verde tem algumas ações relacionadas com a melhoria da eficiência energética, temos questões associadas ao uso eficiente da água. É preciso aprofundarmos mais a procura de soluções nesta área.

**“A pastagem faz o gado e o gado faz a pastagem”.
Concorda?**

Algumas espécies de aves preferem zonas de cereal para fazer os ninhos. E todas elas aproveitam as zonas de cereal para alimento. Mas, as áreas preferenciais de nidificação das abetardas, dos sisões, calhandras, são as pastagens com uma determinada qualidade de biomassa e de heterogeneidade que estas pastagens têm. As aves gostam de uma pastagem que não seja nem muito densa, nem muito escassa, gostam de espaços que por um lado

lhes dêem abrigo, mas que por outro permitam alguma visibilidade. O pastoreio é importantíssimo para termos pastagens que também se ajustem às aves.

O comité de cientistas que analisou previamente estas propostas nacionais, considerou o Concelho de Castro Verde como “uma das mais representativas estepes de cereais da Península Ibérica e até de toda Europa” mas que, ao mesmo tempo, acaba por ser um dos “mais ameaçados territórios rurais da região mediterrânica”. Quais são as principais ameaças?

Temos uma ameaça que é comum a todos nós, que se prende com as alterações climáticas. Neste caso podemos, no nosso território, adaptar e minimizar. Não estando sob nosso controlo, temos de nos preparar e adaptar da melhor forma possível. Outra ameaça pode ser a alteração de políticas. Estamos muito dependentes de políticas, algumas delas europeias e que não estão, em alguns casos, muito próximas da realidade no terreno. Por outro lado, grandes alterações de políticas também causam impactos significativos que podem ser prejudiciais. Neste momento preocupa-nos a continuidade das medidas agroambientais e do apoio zonal que tem sido um instrumento de gestão chave para este território.

ACOS E CEBAL apresentam, em seminário,
novas ferramentas genéticas e químicas para identificação
da autenticidade de produtos agroalimentares

Inovação na Rastreabilidade Alimentar

SEMINÁRIO
INOVAÇÃO NA
RASTREABILIDADE
ALIMENTAR
RURALBEJA
PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES DE BEJA
6 DE OUTUBRO | 14:30H
ENTRADA LIVRE MEDIANTE INSCRIÇÃO | WWW.CEBAL.PT

The poster features three icons at the bottom: a chemical structure, a magnifying glass, and a DNA double helix. At the very bottom, there is a row of logos for the organizing and sponsoring institutions.

O seminário – Inovação na Rastreabilidade Alimentar, que decorreu no dia 6 de outubro, integrado na Programação da Ruralbeja 2017, contou com uma larga adesão de participantes.

Considerando a interação estabelecida entre o público e os diversos oradores, a temática da rastreabilidade alimentar e a multiplicidade de respostas inovadoras que a ciência, quando aplicada à produção, pode representar para os produtores e para a indústria. A rastreabilidade nos processos de certificação será também discutida, com foco para novos desafios que se impõem nesta área.

O Seminário, organizado pela ACOS – Agricultores do Sul e o CEBAL – Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Alentejo, foi uma novidade no que respeita à temática escolhida e representou, para muitos, o primeiro contacto sobre as possibilidades e as mais-valias da rastreabilidade, como garantia de autenticidade de produtos alimentares.

As mais-valias da rastreabilidade, como garantia de autenticidade de produtos alimentares, e a abordagem às novas ferramentas, quer químicas quer genómicas que podem ser introduzidas nos sistemas de rastreabilidade, foram apresentadas como maiores inovadores de comprovar a genuinidade de um produto agroalimentar.

O azeite, o vinho, o queijo, a carne e outros produtos alimentares possuem um código de ADN específico, por outras palavras, uma impressão digital, que nos fornece informação relevante sobre determinado produto.

Os sistemas de rastreabilidade deverão permitir contar a história de um determinado produto e gerar informação com elevado nível de detalhe, fornecendo respostas inovadoras e ferramentas imprescindíveis para as crescentes exigências legais, de mercado e dos consumidores, no que respeita à qualidade e segurança dos produtos que consomem.

Destinado a todos os intervenientes da fileira agroalimentar, desde produtores, distribuidores, entidades certificadoras e comunidade científica, este Seminário contou com a participação de um painel de especialistas, conduzidos pela equipa de cientistas do CEBAL ao longo do evento, cujo discurso de boas-vindas ficou a cargo do Presidente da ACOS – Associação de Agricultores do Sul e o encerramento contou com as declarações do Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo.

Joaquim Serrão Fialho (1944/2017)

O sócio n.º 1

Quando o Quim Fialho chegava, onde quer que fosse, nunca passava despercebido. Ele não fazia nada para se fazer notar, mas era assim, nasceu com ele, como se diz, era-lhe inato. Aqui na ACOS por exemplo, fosse para pagar as quotas de associado – já lá vamos à história do sócio – fosse para organizar o Concurso do Rafeiro do Alentejo para a Ovibeja, fosse para refilar, dizer bem ou dizer mal, fazia-o sempre alto e a bom som, e acabava quase sempre com uma gargalhada.

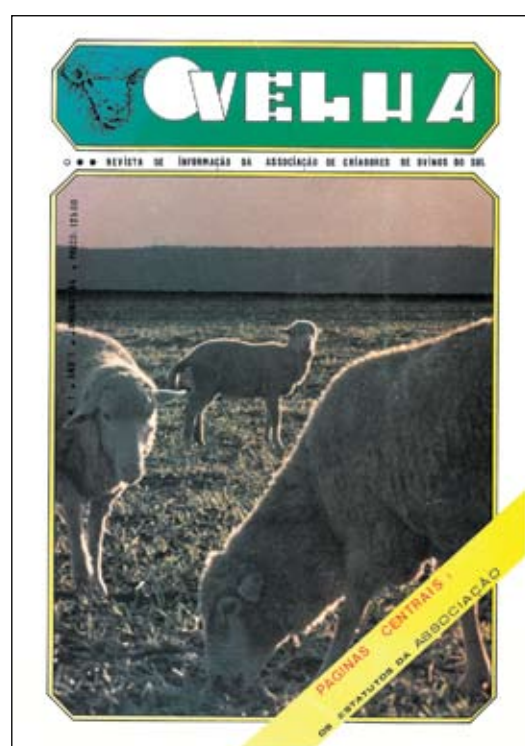
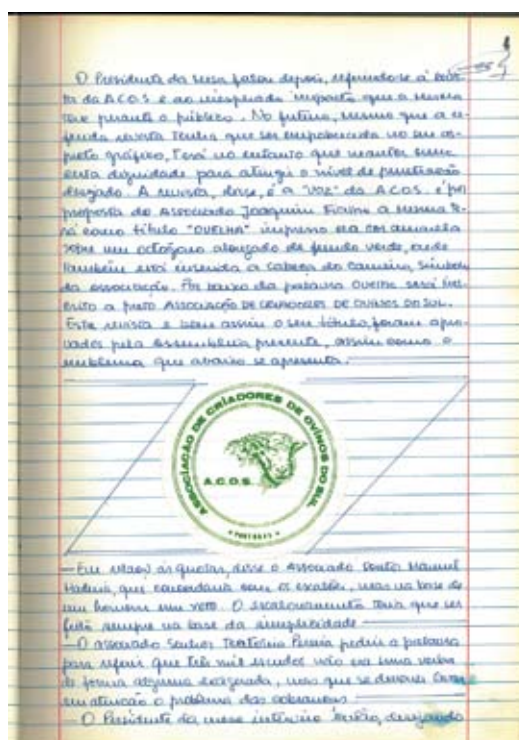
Foi este o tom e a postura com a qual levou a sua vida. Entusiasta, dinâmico, empreendedor, homem de causas e de teimosias, a ele devemos-lhe a sua dedicação a uma série de bandeiras, desde a sua aficção tauromáquica como forçado e impulsionador de tertúlias, encontros e publicações sobre a arte taurina, como a sua dedicação à defesa e salvaguarda da raça de cães Rafeiros do Alentejo, criador de ovinos da Raça Merina Preta e tantas outras iniciativas que desenvolveu com e

por amigos, pela sua terra e pelas suas convicções.

À ACOS não faltam motivos para agradecer o seu entusiasmo e dedicação a esta casa. À Revista OVELHA, ainda mais. Esta publicação, sim, as linhas que os vossos olhos, Srs e Sras leitores agora percorrem, muito devem à genialidade do Joaquim Serrão Fialho. Enquanto sócio N.º1, fundador e militante do grupo inicial de agricultores que em 1983 fundaram esta associação, a OVIBEJA e a Revista OVELHA, Joaquim Fialho teve um papel decisivo na criação e conceção desta publicação.

A ele ficamos a dever a escolha do nome, do primeiro logótipo e, juntamente com os outros sócios fundadores da ACOS, a conceção, génese e posicionamento editorial.

No Primeiro Livro de ACTAS da ACOS, o relatório da Segunda Assembleia Geral, revela-nos o papel crucial de Joaquim Fialho, enquanto vogal da Direção da ACOS, como um dos ideólogos e defensores da criação



Culturas permanentes impulsionam a expansão e adesão ao regadio de Alqueva



Das 60 barragens monitorizadas pela Agência Portuguesa do Ambiente em setembro, 23 apresentavam menos de 40% do volume total e a bacia do Sado estava com 18,2% do volume quando a média dos últimos anos para o mês de setembro era de 42,6%.

Em tempo de fecho do ano agrícola de primavera - verão, é altura de fazer balanços nos diferentes contextos agrícolas da região do Alentejo. Se por um lado as culturas de regadio, nomeadamente as culturas arvenses na zona de regadio de Alqueva, começam a demonstrar o seu potencial produtivo e continuam a dar boas notícias à agricultura nacional, não devem, porém, ser encaradas como 'tábua-de-salvação' da agricultura alentejana num contexto em que 90% da área agrícola da região do Alentejo enfrenta um cenário de seca severa. As reservas de água atingiram níveis mínimos, afetando tanto as culturas de sequeiro como a produção pecuária. Perante este cenário, o Governo criou uma Comissão de Acompanhamento da Seca e reforçou o apoio aos agricultores afetados pela falta de água. A linha de crédito disponibilizada pela tutela é bem-vinda, havendo, no entanto, algumas reservas por parte dos agricultores se estes apoios serão suficientes para colmatar as consequências de um ano de seca prolongada, em que se têm vindo a registar condições climáticas atípicas.

A seca e a consequente falta de humidade dos solos, consequência da escassa precipitação que ocorreu a partir de abril, condicionou muito a produção de cereais, pastagens e culturas forrageiras de sequeiro. No entanto o 'regadio do Alqueva' continua a dar boas notícias à agricultura nacional e uma boa parte do seu sucesso deve-se às culturas permanentes que começam a demonstrar o seu potencial produtivo.

O olival continua a ser a cultura por excelência da zona regada, registando um crescimento de mais de 100% nos últimos quatro anos (passou de 15 mil para uma área superior aos 40 mil hectares na zona do EFMA). A maior fatia dos investimentos continua a dirigir-se para este sector o que, em parte, se explica pela continua alta de preços do azeite no mercado.

Partindo de uma base menor, o amendoal tem registado nos últimos anos um crescimento ainda mais acentuado, passado de mil hectares em 2015 para cerca de 5300 ha instalados até ao mês de agosto de 2017. E, de acordo com Miguel Matos Chaves, Diretor da MIGDALO, ainda que a grande maioria dos pomares sejam muito jovens, é expectável que já este ano se chegue ao final da campanha com cerca de 500 toneladas de miolo produzido no Alentejo. Esta produção pode corresponder, a preços atuais de mercado (+/- 4 €/kg de miolo), a uma receita

superior a 2 milhões de euros.

Mas no que respeita a culturas permanentes, há muito mais Alqueva para lá do olival e do amendoal. A rega está na base da multiplicação da diversidade de culturas e a fruticultura é já uma realidade. De acordo com a EDIA são já mais de 100 os agricultores que se dedicam à produção de frutos frescos, com uma área de pomares instalados que já supera os 900 ha.

A uva de mesa é a cultura mais representativa com cerca de 320 ha e é bem conhecido o potencial da sua qualidade, nomeadamente através da marca mais conhecida da fruta alentejana - Vale da Rosa. As prunóideas (ameixa, damasco, pêsego e nectarina) aumentaram substancialmente as áreas e também já ocupam mais de 300 ha. Dois dos mais recentes e emblemáticos projetos são os pomares da FairFruit Portugal e os da Vila Galé. O primeiro pomar da FairFruit, instalado em 2016, já produziu 60 toneladas e na campanha de 2018 já esperam laborar na central fruteira que iniciará em breve as obras em Beja. Também é relevante referir os cerca de 70 ha de romãs os 120 ha de citrinos instalados por agricultores locais e estrangeiros que continuam a investir no regadio de Alqueva e criaram já uma dinâmica sobretudo exportadora que continua a acelerar.

Seca Severa impõe criação de Comissão de Acompanhamento da Seca e reforço nos apoios aos agricultores afetados

A Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, criada pelo Governo em maio, reuniu-se, no dia 2 de outubro para avaliar a situação de seca no país, depois de um mês de setembro seco e com temperaturas acima dos 30 graus.

Das 60 barragens monitorizadas pela Agência Portuguesa do Ambiente em setembro, 23 apresentavam menos de 40% do volume total e a bacia do Sado estava com 18,2% do volume quando a média dos últimos anos para o mês de setembro era de 42,6%. Perante as previsões do IPMA que apontam para pouca chuva até ao final de dezembro e uma subida de temperaturas face ao habitual nesta altura do ano, o nível de apreensão dos agricultores aumentou, colocando a necessidade de se equacionar um investimento em culturas com poucas necessidades hídricas.

Governo cria linha de crédito para produtores pecuários afetados pela seca

Capoulas Santos, Ministro da Agricultura, já assinou a portaria que estabelece as “condições de acesso a uma nova linha de crédito, destinada a ajudar os produtores pecuários”. Em causa estão “apoios destinados à alimentação animal, tendo em conta que «a situação de seca extrema ou severa em que Portugal continental se encontra, devido à quase total ausência de chuva, tem impedido o normal desenvolvimento de pastagens e forragens, com repercussões diretas no setor pecuário e na apicultura, podendo, mesmo, colocar em causa a manutenção dos respetivos efetivos», pode ler-se na portaria.

Esta medida sob a designação “linha de crédito garantida para minimização dos efeitos da seca 2017 – Alimentação Animal”, destina-se a apoiar necessidades de tesouraria de “operadores de produção animal que exerçam as atividades de bovinicultura, caprinicultura, ovinicultura, equinicultura, assinicultura, suinicultura em regime extensivo e apicultura”, tendo como objetivo compensar o aumento dos custos de produção resultantes da seca, nomeadamente os custos relativos à alimentação animal devido à escassez de pastagens e forragens e de algumas espécies vegetais.

A esta medida foi afetada uma verba de 5 milhões de euros, sendo que, o montante individual de crédito garantido a conceder por beneficiário pode ir até aos 15 mil euros – cálculo que será feito com base nos seguintes valores:

1. a) €180, por fêmea das espécies bovina, equina e asinina, como idade superior a 24 meses;
2. b) € 40, por fêmea das espécies ovina e caprina, com idade superior a 12 meses;
3. c) €120, por fêmea reprodutora da espécie suína, em regime extensivo;
4. d) € 5 por colmeia.

Esta portaria “vem juntar-se a um vasto conjunto de apoios que o Governo desencadeou ainda no passado, nomeadamente os diversos concursos que foram abrindo para investimentos específicos em captação, distribuição e armazenamento de água nas explorações onde a escassez de água compromete o maneio do efetivo pecuário”.

Ao abrigo desta medida, foram já aplicados 6,5 milhões de euros de apoios públicos, que o Governo acabou



de reforçar com mais 5 milhões de euros.

Entretanto, “foi igualmente dada autorização para a utilização das áreas de pousio para pastoreio, visando assegurar a alimentação do gado, e, ainda este mês, o Ministério da Agricultura vai proceder ao adiantamento do pagamento de 70% dos apoios comunitários, que permitirão distribuir cerca de 400 milhões de euros aos agricultores”.

Segundo a ACOS, estas medidas são bem-vindas e contribuirão para mitigar, de algum modo, os prejuízos causados pela seca extrema. No entanto, considera que o crédito, ainda que bonificado, revela-se insuficiente tendo em conta os prejuízos que a falta de água, de pastagens e alimento para o gado têm vindo a causar. Os produtores pecuários já enfrentam um cenário que os obriga a recorrer a um esforço financeiro adicional, pelo que, o recurso a mais compromissos de crédito, pode resultar num encargo muito pesado para estes produtores cujos níveis de produção estão seriamente comprometidos com o panorama de escassez de água.

À semelhança do que ocorreu em cenários de seca ocorridos anteriormente, esta associação defende que, a disponibilização de linhas de crédito a fundo perdido, seriam uma medida de apoio mais efetiva.



Esta associação defende que, a disponibilização de linhas de crédito a fundo perdido, seriam uma medida de apoio mais efetiva.

Exposição

“Vértice Alentejo” no Centro UNESCO de Beja



A defesa e promoção do Alentejo é a força motriz da ACOS – Agricultores do Sul que, subscrevendo a missão do Centro UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, partilha, nesse espaço, a Exposição VÉRTICE ALENTEJO.



As artes, os ofícios e a vida dos habitantes deste imenso Alentejo representam-se aqui através de 25 retratos e 25 conversas.

O desafio é retratar a genuinidade de quem faz o Alentejo de todos os dias, através de um retrato e um minuto de conversa, que dá profundidade e voz à imagem.

A apresentação dos retratos fotográficos é fiel a toda a região e corresponde à pirâmide demográfica do Alentejo. Cada pessoa é um vértice, e cada ângulo uma geração de uma pirâmide que é todo este Alentejo.

O Alentejo da tradição, do campo, do cante e dos ofícios tradicionais é o ponto de partida para conhecer a identidade desta imensa planície. Mas a frescura, a juventude e irreverência são o ponto que une o Alentejo de ontem e

hoje, com o Alentejo de amanhã.

VÉRTICE ALENTEJO é uma exposição dinâmica, interativa, marcada por linhas contemporâneas e inspirada em traços rurais e intergeracionais. O fator humano e real tem, neste projeto, toda a centralidade. As pessoas retratadas povoam esta imensa planície, vivem-na e reinventam-na diariamente a executar o seu ofício ou a sua arte, dando corpo e tornando reais as problemáticas, ambições e esperanças retratadas.

Em que Alentejo vivemos hoje? O que será do Alentejo amanhã? Mais do que responder a estas questões pretende-se que esta exposição seja um consciencializador para a urgência das respostas.

O Cante, as Artes e os Ofícios na OVIBEJA

O Cante, como a OVIBEJA, é “Todo o Alentejo deste Mundo”. A mais forte e identitária expressão musical alentejana corre nas veias da OVIBEJA desde a sua primeira edição.

A Moda alentejana ecoa, solta as vozes e torna-se esse Alentejo feito de todas as cores e de todos os sentires que tem sido também a imagem de sempre da Grande Feira do Sul.

Para a História fica o Grande Encontro do Cante na 32ª edição da OVIBEJA em 2015. O maior encontro de Grupos Corais Alentejanos que juntou as vozes de 105 grupos e mais de três mil cantadores a celebrar a classificação do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade. O Alentejo cantado em todo o seu esplendor, a força de um cante coletivo, aquele que cresce no coração e impregna a alma alentejana da sua poesia.

O Cante, as Artes e os Ofícios regressam sempre à OVIBEJA numa matriz cada vez mais partilhada, no Pavilhão do Cante, das Artes e dos Ofícios, uma homenagem à terra e a todos os que com o seu engenho fazem arte. Um mote para a partilha de ecos e sonoridades, mas também de objetos, ideias e formas renovadas de viver e sentir o Alentejo.

Este ano a OVIBEJA celebra o 35º aniversário, um marco para todos os que construíram esta aventura que é reunir “Todo o Alentejo deste Mundo”!

Fica o convite para connosco celebrar a 35ª OVIBEJA que se realiza de 27 de abril a 1 de maio de 2018.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL 2017 | 2018

OFERTA FORMATIVA (CO-FINANCIADA)

Tipologia 1.08 – Empregados (e Desempregados)

- Operador Agrícola – Olival (225h)
- Operador Agrícola – Vinha (225h)
- Operador de Regadio (200h)
- Jovem Agricultor (Formação Base) - Agricultura Sustentável (50h)
- Jovem Agricultor - Formação Complementar (150h)
- Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos (50h)
- Mecanização Básica e Condução de Veículos Agrícolas (250h)
- Conduzir e Operar com o Trator em Segurança (50h)
- Cultura de Amendoeira (50h)
- Técnicas de Socorrismo (25h)
- Prevenção de Incêndios Florestais (50h)
- Proteção de Ruminantes e Equinos em Transporte de Curta Duração (25h)

- Pacote Empresas – Segurança e Higiene no Trabalho Agrícola

Tipologia 3.03 – Desempregados de Longa Duração (DLD)

- Operador de Pecuária - Bovinicultura (200h)
- Operador de Pecuária - Ovinicultura e Caprinicultura (200h)
- Operador de Pecuária- Suinicultura e Avicultura (200h)
- Operador de Pecuária – Turismo Rural (100h)

Contactos | Rua Cidade S. Paulo – Apart. 296 – 7801-904 Beja | **Telf.** 284310350 | **Telm.** 938059547 | **Email** formacao@acos.pt

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



TODO O
ALENTEJO
DESTE
MUNDO

OVIBEJA

ANOS

27 DE ABRIL A 1 DE MAIO DE 2018

